

ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA COMO UMA METODOLOGIA DECOLONIAL EM ARQUEOLOGIA: PROVOAÇÕES PARA UM PERCURSO DE PESQUISA¹

CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS AS A DECOLONIAL METHODOLOGY IN ARCHEOLOGY: PROVOCATIONS FOR A A PATH OF RESEARCH

Itelmar de Negreiros Oliveira²

Leandro Elias Canaan Mageste³

Resumo: No presente artigo, propomos um percurso comprometido com a Análise do Discurso Crítica, adaptada do modelo tridimensional do Norman Fairclough, aplicada como uma metodologia decolonial nos estudos arqueológicos. Considerando o sentido expresso por Foucault, entendemos que o discurso é uma representação culturalmente construída sobre a realidade e não uma cópia exata dos acontecimentos. Desta forma, ponderamos sobre a potencialidade que os discursos arqueológicos detêm na construção, difusão e confrontação dos problemas sociais, reconhecendo que eles podem servir tanto para a manutenção de um status quo, baseado em uma narrativa dominante, como também intermediar transformações da sociedade, diminuindo assimetrias. Assim, a Análise do Discurso Crítica nos permite elaborar questionamentos sobre como as interpretações arqueológicas estão sendo operacionalizadas para a manutenção de preconceitos, ao se apropriarem de contextos pré-coloniais e históricos para legitimar estruturas de poder da contemporaneidade. **Palavras-chaves:** Arqueologia, Análise do Discurso Crítica, Decolonial.

Abstract: No presente artigo, propomos um percurso comprometido com a Análise do Discurso Crítica, adaptada do modelo tridimensional do Norman Fairclough, aplicada como uma metodologia decolonial nos estudos arqueológicos. Considerando o sentido expresso por Foucault, entendemos que o discurso é uma representação culturalmente construída sobre a realidade e não uma cópia exata dos acontecimentos. Desta forma, ponderamos sobre a potencialidade que os discursos arqueológicos detêm na construção, difusão e confrontação dos problemas sociais, reconhecendo que eles podem servir tanto para a manutenção de um status quo, baseado em uma narrativa dominante, como também intermediar transformações da sociedade, diminuindo assimetrias. Assim, a Análise do Discurso Crítica nos permite elaborar questionamentos sobre como as interpretações arqueológicas estão sendo operacionalizadas para a manutenção de preconceitos, ao se apropriarem de contextos pré-coloniais e históricos para legitimar estruturas de poder da contemporaneidade. **Keywords:** Archeology, Critical Discourse Analysis, Decolonial.

1 Artigo oriundo das discussões conduzidas no âmbito da dissertação “As Representações Sociais nos Discursos Científicos Sobre os Registros Rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara/PI: Análise do Discurso Crítica, Feminismo Decolonial e Teoria Queer”, defendida em outubro de 2022 pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – PPArque-Univasf.

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Pernambuco (PPGARqueologia UFPE) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: itelmaroliveira@gmail.com

3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPArque Univasf). E-mail: leandro.mageste@univasf.edu.br

Introdução

Toda produção de conhecimento é influenciada por um conjunto de práticas, crenças e valores que, consciente ou inconscientemente, fazem parte do universo de quem as produz. Esses vieses ideológicos induzem as interpretações na leitura dos signos, servindo como impulso para disseminação e normatização de padrões de comportamento, princípios e valores hegemônicos que serão traduzidos em formas de preconceitos. Tais discriminações são responsáveis pelo silenciamento e apagamento de alteridades das populações não ocidentalizadas (Haraway, 1995; Quijano, 2000; Mignolo, 2005).

Na Arqueologia, a discussão sobre os aspectos que orientam as produções de saberes tem estado na base de diferentes iniciativas de descolonização do pensamento arqueológico. São empreitadas que se aproximam entre si ao propor como tema de investigação, a análise das estratégias de dominação presente nos discursos científicos e, com isso, perceber como a Arqueologia pode construir narrativas que instituem realidades violentas e naturalizam determinadas visões de mundo instituídas na interface Modernidade e Colonialismo. Nesse movimento reflexivo, foram elaborados novos conceitos visando desestabilizar a ideia de conhecimento universal e evidenciar uma multiplicidade de discursos na construção do passado, demonstrando suas incomensurabilidades, contradições e conflitos.

Tais provocações têm ressonância nos estudos arqueológicos comprometidos com perspectivas decoloniais, incluindo as pesquisas que utilizam a Análise de Discurso Crítica (doravante, ADC). Trata-se de uma ferramenta que nos auxilia a evidenciar os vieses ideológicos e hegemônicos naturalizados nos discursos, não sendo imediatamente percebidos. Ao propor a ADC como uma metodologia decolonial em Arqueologia, acreditamos que os movimentos críticos dentro da disciplina nos permitem refletir e revisitar os efeitos que os discursos arqueológicos provocam na realidade. Trata-se de postura alinhada com perspectivas problematizadoras, desde a Arqueologia Pública até as perspectivas das Arqueologias decoloniais e de gênero.

Nesse sentido, frente a interface entre a Arqueologia e a crítica decolonial, propomos a construção de um percurso voltado para a aplicação da ADC, especialmente por meio da apropriação dos referenciais de Norman Fairclough (2001), ainda pouco explorada para tratar dos discursos que circulam na Arqueologia (Oliveira, 2022). Desse modo, consideramos os

estudos críticos da linguagem como uma prática social, capaz de mapear as conexões entre o seu uso e as relações de poder na sociedade. Desta forma, nos auxiliam na identificação dos efeitos e sentidos ideológicos que influenciam e integram as narrativas arqueológicas e configuram diferentes perspectivas de passado e presente.

Assim, apresentamos aqui uma breve discussão sobre a Análise de Discurso Crítica como uma metodologia decolonial aplicada em arqueologia, para uma melhor compreensão de suas potencialidades. Posteriormente, mergulharemos nas propostas de Fairclough (2001), finalizando o artigo com as apropriações desses referenciais para o tratamento dos discursos arqueológicos.

Análise do Discurso na Arqueologia: Colonialidade e Descolonização

O desenvolvimento do percurso de ADC, como uma teoria e um método, tem em suas bases epistemológicas a influência dos estudos do filósofo francês, Michel Foucault, que analisou o discurso como um elemento coercitivo, ou seja, considera que toda a realidade que conhecemos é construída através do discurso. Nesse sentido, concordamos que todo discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade e não uma cópia exata dos acontecimentos (Foucault, 2012).

Assim, consideramos as capacidades e os efeitos que os discursos arqueológicos detêm na construção, manutenção e confrontação dos problemas sociais, como as opressões de poder e as violências de gênero, podendo servir tanto para a manutenção de um *status quo*, baseado em uma narrativa dominante; como também podem servir como meio de transformação da sociedade, diminuindo assimetrias. Desse modo, reconhecemos que os discursos arqueológicos se tornam legitimadores de modos de vida. Embora os discursos sejam usados, majoritariamente, a favor das estruturas de poder dominante, os sujeitos e coletivos em posição de subalternidade podem e devem se apropriar de narrativas que superem os discursos hegemônicos vigentes (Gnecco, 1999). Ou, como aponta Hanna Arendt, identificar a pluralidade humana como uma condição básica da ação e do discurso para recuperar e trazer à luz outras capacidades humanas negligenciadas (Arendt, 2007) e/ou subalternizadas.

Nesses termos, é indispensável nos remeter ao colonialismo e à colonialidade, no intuito de explicar seus vieses na produção de nossas visões de mundo, incluindo as perspectivas sobre o passado pré-colonial, com vistas a proposição de uma perspectiva decolonial. De acordo com Quijano (2007) o colonialismo corresponde, especificamente, à estrutura de dominação e exploração, onde o controle político dos recursos de produção e do trabalho de uma determinada população é desempenhado por outra nação; como exemplo os processos de colonização de Portugal sobre o Brasil. Já a colonialidade se refere ao fenômeno de continuação dessas estruturas de dominação/exploração, que se mantiveram mesmo após a independência. A colonialidade como expressão de exploração incorpora outras estruturas de dominação para sua manutenção, como o racismo e o patriarcado, que se retroalimentam para legitimar a estrutura de poder capitalista moderno e eurocêntrico.

Os debates acerca de como as colonialidades são responsáveis pela manutenção de várias formas de violências e opressões, são articulados por lutas intelectuais e políticas organizadas a partir de países que sofreram com o regime colonial. Nessa conjuntura, podemos situar os movimentos anticolonial, pós-colonial, descolonial, decolonial e contra-colonial, classificando-os a partir de seus contextos historicamente situados, que vão refletir diferentes etapas de um pensamento social, que embora sejam bastante heterogêneos entre si, convergem ao questionar as consequências da colonização na produção de realidades (Dussel, 1993; Ballestrin, 2013; Grosfoguel, 2008).

Para esse estudo, buscamos subsídios nas perspectivas decoloniais, principalmente para localizar o contexto da pesquisa a partir da América Latina e por entender que o binômio Modernidade/Colonialidade compreende as violências epistêmicas estruturadas pelas colonialidades do poder, do ser, do saber e do gênero (Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2007; Mignolo, 2010; Lugones, 2008). Refletir sobre a decolonialidade é refletir como os nossos discursos e produções de saberes podem ser aliados na manutenção de um mundo fundado a partir da colonização.

Desse modo, nos aproximamos do pensamento de Gnecco (2009), que vai defender uma Arqueologia Relacional, pautada na interculturalidade, como forma de se distanciar de perspectivas multiculturais e multivocais. Para o autor, a Arqueologia na América Latina, construída sob viés da Colonialidade/Modernidade, colaborou para o apagamento das histórias

dos povos originários, ao dissociar a cultura material pesquisada - que chamamos de forma problemática de "registro arqueológico" - das sociedades indígenas contemporâneas, por meio de um processo que se organizou fundamentalmente na construção dos discursos sobre Arqueologia e o passado.

Segundo Gnecco (2009), a Arqueologia transitou por caminhos distintos, alguns não se bifurcam, mas convergem. Nessa linha de raciocínio, o autor vai oferecer subsídios para pensar nos diferentes tipos de colonialidades presentes na produção de discursos arqueológicos, ao destacar: (a) à reprodução da violência epistêmica contra outras sociedades e seus modos de fazer história; e (b) a compreensão interdiscursiva. Essa violência epistêmica apontada por Gnecco (2009) é uma das características mais perigosas da Modernidade/Colonialidade, pois ela autoriza que uma visão de mundo se sobreponha às outras. Isto resultou em uma apropriação da história indígena pela história nacional, que é escrita e controlada pelas elites que desprezam os indígenas e se sentem "brancos".

Especificamente no que se refere a instituição de uma ciência arqueológica, de acordo com Gnecco (1999), "o discurso [arqueológico] não é inocente nem neutro, nem os arqueólogos são os "médiuns" através dos quais o passado fala"⁴ (Gnecco, 1999:150). Para o autor, os passados nos textos arqueológicos são resultados de uma construção social historicamente situada, ou seja, o passado apresentado nos discursos arqueológicos se resume a "uma versão" e não uma representação exata dos fatos. Portanto, o discurso arqueológico deve ser entendido como uma construção, e não como um reflexo direto, uma vez que a Arqueologia, como disciplina que constrói o passado, a partir de sua materialidade, é um meio de produção social. O discurso arqueológico é uma prática transformadora e, como tal, não pode ser considerada um meio neutro de expressão (Gnecco, 1999:150).

Nesse sentido, na Arqueologia, as preocupações com os discursos produzidos têm estado no horizonte da disciplina nas últimas décadas, no bojo de investigações comprometidas com diferentes agendas. As iniciativas demonstram que os arqueólogos têm se esforçado para

⁴ "El discurso no es inocente ni neutro ni los arqueólogos los "mediuns" a través de los cuales habla el pasado."

entender os efeitos sociais de suas narrativas e práticas, considerando tal processo como relevante para a construção crítica da própria Arqueologia.

Como exemplo, podemos citar os estudos realizados pelo antropólogo venezuelano Rodrigo Navarrete (2010), que afirma que a preocupação com o discurso arqueológico está relacionada ao avanço das pautas feministas na disciplina. De fato, a crítica ao sexismo presente nos textos vem sendo apontada desde a década de 1970, nos trabalhos da estadunidense Irene Silverblatt, uma das pioneiras do estudo de gênero na Arqueologia. Silverblatt (1987) aponta como as ideologias de gênero se moldaram e foram moldadas por homens e mulheres andinos com o advento da sociedade de classes, especialmente o estado inca, em consequência da invasão colonial europeia. Em trabalhos mais recentes, o arqueólogo britânico Benjamin Alberti (1999) questiona os preconceitos implícitos que o discurso e a prática arqueológica latino-americana mantêm como herança do regime colonial.

Nesta mesma linha, retornamos ao trabalho de Gnecco (1999), que problematiza os discursos que configuram uma Arqueologia colombiana hegemônica. O autor analisa o caráter contingente e hegemônico dos objetos discursivos na produção do conhecimento sobre o passado. Para Gnecco (1999), o positivismo enraizado na disciplina é um dos principais obstáculos na aplicação da ADC na arqueologia, pois a análise crítica questiona exatamente esse caráter ideológico e imparcial dos discursos que se auto proclamam objetivos, ao apresentar a existência independente do passado e a consideração do arqueólogo e do discurso que ele produz (Gnecco, 1999).

Conforme Viviane Ramalho e Viviane Resende (2011) afirmam, no Brasil existem duas grandes vertentes teóricas de Análise do Discurso que se destacam. A primeira é a Análise do Discurso (doravante, AD) de tradição francesa, baseada nos trabalhos de Michel Pêcheux (1990) e seus colaboradores, que propunham uma abordagem crítica de discurso, tentando combinar uma teoria social do discurso com um método textual, fundamentado no conceito marxista de ideologia elaborado por Althusser (1971) (Barros, 2018, p. 45). Uma segunda abordagem, mais recente, foi denominada de Análise de Discurso Crítica (ADC), fundamentada nas propostas teóricas de Norman Fairclough e Van Dijk, que irão servir de inspiração para a nossa proposta metodológica, foco deste artigo (Ramalho & Resende, 2011).

No Brasil, o arqueólogo José Alberione dos Reis (2002) propôs um exercício transdisciplinar para inserir a análise do discurso, nesse caso, AD francesa, tendo como eixo central a obra de Michel Pêcheux, para análise de teorias arqueológicas. O autor parte do princípio de que o arqueólogo, como um leitor-autor dos discursos arqueológicos, também se torna um produtor de significados, símbolos e conhecimentos a respeito do gênero, classe, etnia, escolhas, ideologias, comportamentos, contextos, etc., ou seja, o arqueólogo como intérprete do passado, possui suas visões políticas, ideológicas, econômicas e pessoais, e, conseqüentemente, seus textos/discursos estarão estruturados a partir desse contexto (Reis, 2002). O trabalho é relevante ao situar o campo da Análise do Discurso no escopo das preocupações arqueológicas, sendo parte de um movimento autorreflexivo que busca avaliar o funcionamento da disciplina.

Nesse contexto, em 2015, a jornalista Glória Tega e o linguista Rodrigo Bastos publicaram pesquisa sob premissas parecidas. Através da aplicação da AD de linha francesa, os autores analisaram as matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo, sobre as pesquisas arqueológicas realizadas no âmbito do licenciamento ambiental na Casa Bandeirista do Itaim, São Paulo/SP. Os pesquisadores verificaram como os estudos no campo da Arqueologia Preventiva são veiculados, chegando à conclusão de que por se tratar de um sítio arqueológico urbano, as publicações jornalísticas não o relacionavam como sendo uma pesquisa de teor científico. As fontes das publicações se restringiam a reproduções de documentos publicados no site do Ministério Público Federal, sem relatos dos cientistas envolvidos nas pesquisas (Tega & Bastos, 2015). Os autores concluem a pesquisa com a reflexão da arqueóloga Marília Cury, que denuncia que “os brasileiros recebem informações superficiais e desconexas ou descontextualizadas; às vezes preconceituosas, importadas e, outras vezes, fantasiosas” através do discurso arqueológico (Cury, 2006:34).

No contexto dos estudos mencionados, consideramos de suma importância o caráter revisionista que vem sendo aplicado aos textos de Arqueologia, pois tais iniciativas conseguem evidenciar os atravessamentos que marcam esses discursos e seus efeitos no mundo, ao serem instituídos como saberes. Assim, na constituição de um percurso de pesquisa, nos aproximamos da ADC defendida por Fairclough (2001), procurando de forma experimental e amparado pela perspectiva decolonial “investigar, criticamente, como assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo, pelo discurso” (Vieira & Macêdo, 2018:50).

Ao situar a ADC como uma metodologia decolonial em arqueologia, buscamos inspiração nas propostas de Ramon Grosfoguel (2012) sobre “cumplicidade subversiva”, entendida como uma estratégia de resistência e subsistência político-cultural diante de uma relação de poder colonial, hierárquico e desigual, ou seja, uma apropriação de referenciais não latinos, que devem ser ressignificados, conforme as especificidades da realidade latino-americana. A partir da cumplicidade subversiva, reconhecemos que as provocações insurgentes do pensamento decolonial não pretendem negar o pensamento crítico produzido por intelectuais europeus. Desta forma, estamos colocando em prática o argumento de que o problema dos estudos decoloniais não está na leitura de autores europeus ou norte-americanos, pelo contrário, isso abre caminho para a diversidade epistêmica do mundo ou pluriversalismo, uma das soluções apresentadas pelo autor no combate ao eurocentrismo (Grosfoguel, 2012). Nessa lógica, destacamos possibilidades de apropriação da metodologia proposta por Fairclough (2001) a partir de preocupações decoloniais. Além de evidenciar as alianças entre as práticas arqueológicas e o processo colonial, a aplicação da ADC pode justamente apontar para caminhos de descolonização.

Análise do Discurso Crítica Dialético-Relacional como possibilidade

De acordo com Iran Mello (2020), mesmo diante da heterogeneidade de abordagens na ADC, existem alguns pontos em comum que unificam o campo. Van Dijk (2016) e Resende (2012) destacam 6 princípios: 1) o **ímpeto crítico**: que permite aos indivíduos se tornarem mais conscientes das influências da linguagem e da estrutura social; 2) **explicitude político-ideológica**: o analista crítico do discurso define e defende seu posicionamento político, explicitamente; 3) **transdisciplinaridade**: não apenas interdisciplinar, mas operacionalizando e transformando outras teorias a favor de uma abordagem sociodiscursiva (transdisciplinarmente); 4) **aplicabilidade**: as pesquisas em ADC devem promover resultados concretos de mudança social; 5) **acessibilidade**: a pesquisa precisa ter uma linguagem clara e acessível, sem deixar de ir nas raízes dos problemas; 6) **empoderamento social**: conscientizar o poder da linguagem na dominação de algumas pessoas sobre as outras, entendendo essa conscientização como primeiro passo para a emancipação dos indivíduos e coletivos (Melo, 2018:31-34).

Para Fairclough (2001), a Análise de Discurso proposta por Pêcheux prioriza o papel ideológico dos textos, sem se preocupar com as dimensões discursivas da mudança social e cultural. Portanto, o que vai diferenciar a AD da ADC, de acordo com Fairclough (2001), é que a ADC é dialética, enquanto ela considera que a linguagem tem um papel fundamental na mudança social, a qual entende que o discurso é moldado pelo contexto social, como também é constitutivo desse mesmo contexto (Fairclough, 2008). Chouliaraki e Fairclough (1999) complementam que a lógica da análise crítica é relacional/dialética, “orientada para mostrar como o momento discursivo trabalha na prática social, do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação”. (Chouliarak & Fairclough, 1999:67).

Para Wodak (2001), nos estudos de ADC, os objetos de investigação vão além dos textos falados ou escritos, visto que ao introduzir a “crítica” na análise faz-se necessário teorizar e descrever os processos sociais que condicionam à produção de um discurso, bem como identificar as estruturas sociais em que os indivíduos ou grupos estão inseridos, como sujeitos históricos sociais que criam significados a partir de sua interação com os textos (Wodak, 2001:12). Nesse sentido, Melo (2012) afirma que o objetivo de qualquer análise do discurso não é o de empreender somente uma análise da linguagem, mas perceber o que pode ser criado, reproduzido, mantido e transformado por meio dela, como as relações de poder, a institucionalização de identidades sociais, os processos de inconsciência ideológica, dentre outras diversas manifestações humanas (Melo, 2012).

Fairclough (1995) considera a ‘linguagem como uma forma de prática social’ e para atingir esse propósito, é necessário atender a três perspectivas: i) a linguagem como parte da sociedade e não algo externo a ela; ii) a linguagem como um processo social e iii) a linguagem como um processo condicionado socialmente (Fairclough, 1995:22). Segundo o autor, o discurso enquanto prática social é influenciado pelas ideologias existentes no contexto, conseguindo representar hegemonias ideológicas, políticas, econômicas, etc. Por ideologia, Fairclough entende que:

São significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação. (Fairclough, 2001:117)

Segundo o autor, as ideologias não são possíveis de se ler somente nos textos, uma vez que a ideologia está localizada tanto nas estruturas, ou seja, nas ordens do discurso que constituem o resultado de eventos passados, como nas condições para os eventos atuais. Ideologia é uma orientação construída nas normas e nas convenções, bem como por um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais práticas nos eventos discursivos (Fairclough, 2001). Ou seja, em relação à prática ideológica, o discurso é responsável pela constituição, naturalização, manutenção e transformação dos significados que o mundo tem, conforme as relações de poder pré-existentes.

O linguista Theo Van Leeuwen (2006) propõe que os pesquisadores da ADC estejam cientes de que seu próprio trabalho é movido por motivos sociais, econômicos e políticos como qualquer outro trabalho acadêmico e que não estão em nenhuma posição privilegiada. O fato de se chamar de “crítico” demanda apenas padrões éticos específicos: uma intenção de tornar sua posição, interesses de pesquisa, valores e seus critérios os mais transparentes possíveis, sem sentir a necessidade de se desculpar pela postura crítica de seu trabalho (Wodak; Meyer, 2015:7).

Sobre a hegemonia nos discursos, Fairclough a definiu como:

Uma construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (Fairclough, 2001:122).

Frente este cenário, a ADC aplicada aos estudos arqueológicos serve para evidenciar as distintas formas de opressões e regimes de poder presentes nos discursos, que são produzidos ao mesmo tempo que reificam diversos aspectos da colonialidade. Nesse sentido, a ADC pode ser instrumentalizada no esforço de perceber diferentes tipos de violências que se instituem como saberes, multiplicadas por discursos universalistas sobre os passados e o presente. Em outras palavras, permite, nos textos, sistematizar análises voltadas para a evidenciação de assimetrias

e as possibilidades de insurgência frente às premissas hegemônicas que sustentam o projeto da Modernidade.

Em termos contextuais, considerando as propostas levantadas pela linguista brasileira Ingedore Koch (2011), ao afirmar que a interação humana em sociedade ocorre por meio da linguagem, sendo caracterizada, fundamentalmente, pela argumentatividade, entendemos que toda ciência é produzida pela linguagem. Desse modo, se os discursos científicos são produtores e detentores de assimetrias de poder, concordamos que todos os tipos de opressões e violências começam e terminam através dos discursos.

Dito isso, destacamos que a concepção de discurso para Fairclough (2001) é bem ampla e abrange quaisquer tipos de textos escritos e impressos, além de transcrições de conversas e entrevistas (faladas), e de programas de televisão e páginas de internet, chegando até mesmo as materialidades abordadas em diversas abordagens de Arqueologia: cerâmicas, líticos, registros rupestres, louças, paisagens, etc. Para o autor, qualquer instância concreta de linguagem em uso é 'texto', ainda que isto esteja limitado, pois textos como programas de televisão envolvem não apenas a linguagem, mas também imagens visuais e efeitos sonoros (Fairclough, 2003), ou seja, qualquer interpretação arqueológica, baseada na leitura da cultura material remanescente, é uma forma de análise do discurso, se aceitamos a premissa de que os artefatos se tratam também de um tipo de texto (Hodder, 2008).

Deste modo, em consonância com a proposta de Fairclough (2001), a aplicação da ADC na Arqueologia envolve três focos de atenção: texto, prática discursiva e prática social, considerando a produção, a distribuição e o consumo textual (Figura 1). Esses três processos de análise foram denominados de modelo tridimensional do discurso e investiga, a partir de uma mesma estrutura analítica, as concepções sociológicas e linguísticas da análise discursiva.

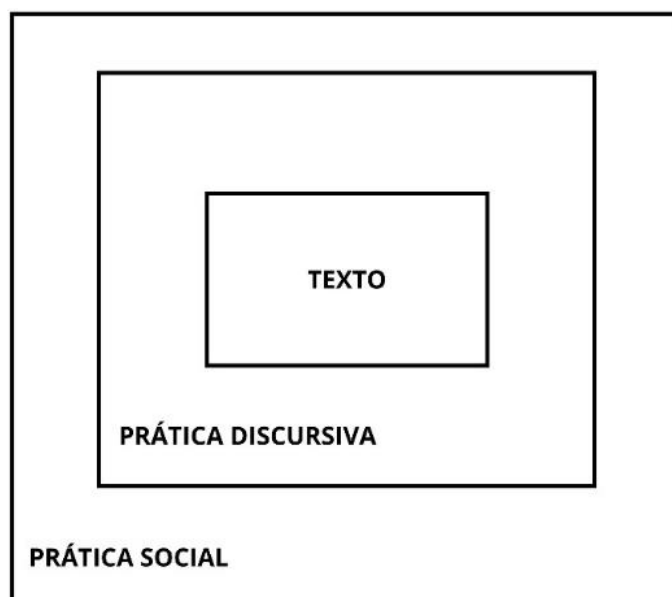


Figura 1: Concepção Tridimensional do discurso. Fonte: Fairclough, 2001, p.101.

Fairclough (2001) afirma que o texto envolve a produção e o consumo e são, parcialmente, de natureza sociocognitiva, uma vez que envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual baseados nas estruturas e nas convenções sociais interiorizadas (Fairclough, 2001). Já a dimensão da prática discursiva intercepta o texto e a prática social, ou seja, ela engloba todo o ambiente do discurso e, conseqüentemente, todas as relações sociais produzidas entre o enunciador e o receptor, incluindo os fatores que interferem diretamente na forma como uma mensagem é transmitida. Ao abordar a produção textual, o autor destaca as diferentes formas de como os textos podem ser construídos. Contextos sociais específicos serão limitadores de uma determinada produção textual, o que pode significar o uso de determinados termos e um padrão de diferenciação linguística para um público-alvo pré-selecionado. Ou seja, um periódico de cunho predatório, por exemplo, que por vezes não passam suas publicações por uma curadoria de qualificação acadêmica, ou uma avaliação por pares, podem não apresentar comprometimento ético no discurso que está sendo reproduzido, contudo, o mesmo é apresentado ao público, criando possibilidades de identificação entre o enunciador e o receptor.

Este modelo tridimensional de análise do discurso de Fairclough (Tabela 1) pode ser resumida da seguinte forma:

Tabela 1: Categorias Analíticas da ADC Dialético-Relacional

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário, Gramática, Coesão, Estrutura Textual	Produção, Distribuição, Consumo Contexto, Força, Coerência, Intertextualidade	Ideologia Sentidos, Pressupostos, Metáfora Hegemonia Orientações econômicas, Políticas culturais e ideológicas

Fonte: Resende e Ramalho (2006:29).

Essa tabela será melhor descrita na constituição de um percurso de pesquisa, que buscamos elaborar como uma forma de adaptar a ADC para ser aplicada dentro dos estudos arqueológicos, como uma metodologia decolonial.

Adaptando a ADC em uma perspectiva decolonial para a Arqueologia

Ao pensar em uma metodologia de ADC como uma perspectiva decolonial, nos quadros de uma cumplicidade subversiva, buscamos estimular o trânsito, a partir de uma posição fronteiriça, por sistemas de significados que possam suscitar outros pensamentos por meio de uma abertura para ontologias e epistemologias diversas, combatendo as colonialidades no discurso arqueológico. Portanto, acreditamos que trazer uma metodologia desenvolvida na Linguística Aplicada e adaptá-la para ser utilizada dentro do campo da Arqueologia, além de romper com as formas metodológicas tradicionais da disciplina, principalmente aquelas de viés positivista, ainda possibilita novos enquadramentos para estudos que se preocupam com os efeitos que os discursos científicos detêm na construção e manutenção de violências, opressões e demais problemas sociais inventados pela colonização.

O percurso metodológico que se segue foi desenvolvido em uma pesquisa de mestrado em Arqueologia, na qual objetivamos realizar investigações voltadas em analisar as convenções narrativas nos discursos científicos sobre os registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara (Parna Serra da Capivara ou PNSC), especialmente aqueles que se propõem em abordar questões ligadas às representações sociais de gênero (Oliveira, 2022).

O Parna Serra da Capivara foi criado em 5 de junho de 1979. Está localizado no Sudeste do Piauí, ocupando uma área de aproximadamente 130 mil hectares e perímetro de 214 km. Distando cerca de 530 km de Teresina, seus domínios abrangem os municípios de Coronel José Dias, Brejo do Piauí, João Costa e São Raimundo Nonato. A região vem sendo pesquisada desde o início da década de 1970 por pesquisadoras da Missão Franco-Brasileira, coordenadas pela arqueóloga Niède Guidon.

Desde então, as arqueólogas Niède Guidon, Anne-Marie Pessis e Gabriela Martin buscaram meios de sistematizar seus estudos para os registros rupestres do PNSC, gerando com isso classificações preliminares, fundamentadas em premissas estruturalistas e histórico-culturais. Inicialmente os registros rupestres foram divididos em duas grandes tradições: a Tradição Nordeste e a Tradição Agreste, e posteriormente, as pesquisadoras estabeleceram outra tradição, denominada de “Geométrica” (Guidon, 2007).

Desde então, a região vem sendo amplamente pesquisada, apresentando evidências que comprovam que a área foi sucessivamente ocupada desde o Pleistoceno, chegando até a reocupação dos abrigos sob rocha pelos trabalhadores maníobeiros no início do século XX. Ou seja, a região foi ocupada por diferentes grupos culturais ao longo do tempo, que apresenta uma cronologia estipulada em torno de 30 mil anos. As pesquisas realizadas na região já catalogaram cerca de 1300 sítios arqueológicos, a maioria com registros rupestres, constituindo-se como o maior complexo de sítios arqueológicos das Américas. Esse fato faz do PNSC alvo de grande interesse no meio científico, atraindo pesquisadores de várias partes do Brasil e do mundo, interessados em estudar o passado pré-colonial do compartimento (Guidon, 2007; Martin, 2008; Pessis; Guidon; Pessis et al, 2018; Oliveira et al, 2009; Boëda, 2014; Guérin & Faure, 2014; Oliveira & Lucas, 2020).

O fluxo de pesquisadores, que muitas vezes não dialogam entre si, gerou um amplo acervo sobre o passado pré-colonial da região, inclusive apresentando narrativas a respeito de sexualidade e gênero. Estes discursos, por vezes, são elaborados considerando apenas os atributos morfológicos “reconhecíveis” dos registros rupestres. O que fez com que cada pesquisador formatasse seus discursos a partir de convenções modernas, mas nem sempre explícitas. Ao ponderarmos sobre as diferentes narrativas que vêm sendo construídas acerca dos registros rupestres da região, buscamos refletir sobre seus estabelecimentos. Tal indagação nos instigou

a pensarmos em um percurso metodológico que conseguisse produzir problematizações específicas para os discursos arqueológicos.

Nesse ponto, ressaltamos que o posicionamento que se exige do analista crítico do discurso é no sentido de entender que a mudança discursiva se apresenta como uma contribuição para a manutenção ou transformação da realidade social. Desta forma, ao adaptarmos o modelo tridimensional da ADC Dialético-Relacional de Fairclough, propomos uma escavação dos discursos arqueológicos, evidenciando através das decapagens de três categorias analíticas - texto, prática discursiva e prática social - as distintas camadas, interesses e vieses ideológicos e hegemônicos sedimentadas em uma “estratigrafia das vozes” (Otaviano, 2019).

Constituição do *Corpus de Análise*

Para a composição do corpus de análise, é primordial estabelecermos as bases de dados que serão pesquisadas, como, por exemplo; em plataformas de busca como a *Scientific Electronic Library Online* – SciELO ou o portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. De preferência, deve-se escolher uma plataforma que permita uma pesquisa por critérios como ano, área, tipo de publicação, autor, instituição, revista, etc., e que tenha um reconhecimento como uma base de dados confiáveis para a pesquisa científica. Em nossas investigações, temos optado por utilizar como suporte o sistema de busca do *Google*, o *Google Acadêmico*⁵ (*Google Scholar*), por dois motivos principalmente. Em primeiro lugar, por sua amplitude de informações, ou seja, a ferramenta busca resultados em todos os idiomas para as palavras-chave pesquisadas, sendo permitida uma ampla combinação de palavras-chave e não restringindo nenhum tipo de periódico, desde que disponibilizadas em repositórios ou sites acadêmicos na *web* (Falagas et al, 2008). Em segundo lugar, por sua acessibilidade, pois se trata de uma ferramenta gratuita, que permite localizar trabalhos acadêmicos, além de disponibilizar informações a respeito da frequência com que os arquivos foram citados em outras publicações.

Através da “pesquisa avançada”, os resultados exibem informações sobre os autores, o formato em que o documento está upado (word, pdf, html), o ano e o local onde o documento foi publicado, além da quantidade de citações que o texto possui. É válido destacar que o algoritmo

⁵ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt> Acesso em: 14 de setembro de 2022.

do *Google Acadêmico* funciona através da busca das palavras pesquisadas, por meio de ferramentas de Reconhecimento Óptico de Caracteres (*Optical Character Recognition*), mais conhecidas pela sigla OCR, ou seja, os documentos indexados na internet, mas que não se encontram nesse formato, não serão reconhecidas nos resultados de busca.

O *Google Acadêmico* surgiu no final de 2004 e, embora seja uma ferramenta recente, manifesta potencial para servir como um índice de citações em estudos bibliométricos e se tornar a principal fonte para estimar o impacto das pesquisas, sendo notadamente adequado para a análise do impacto/visibilidade de periódicos de acesso aberto, conforme diversos trabalhos apontam (Noruzi, 2005; Vaughan & Shaw, 2008; Mukherjee, 2009).

Para a coleta dos dados pelo *Google Acadêmico* é importante estabelecer as palavras-chave. Para isso é preciso definir o assunto principal que pretendemos abordar, o objeto de estudo e a área de abrangência da pesquisa, com o propósito de estabelecer um *corpus* de análise. Situada as palavras-chave e realizada a pesquisa no banco de dados, conseguimos coletar todos os documentos disponíveis que correspondem ao nosso objeto de interesse. A partir de uma primeira leitura, dando ênfase à análise dos títulos do documento, bem como do resumo da pesquisa, é possível excluir documentos repetidos, assim como os estudos que não correspondem com o nosso objeto de pesquisa. Algumas vezes, dependendo da quantidade de palavras-chave, determinados resultados podem não corresponder ao tema proposto, visto que o algoritmo busca os termos elencados em todo o documento e, muitas vezes, essas palavras não estão combinadas ou aparecem apenas em títulos de referência bibliográfica.

A partir desse refinamento, podemos estabelecer o *corpus* de análise da pesquisa, frente aos nossos interesses de investigação. De posse de uma amostra representativa, é possível realizar uma leitura aprofundada dos documentos, identificando os seus aspectos constitutivos. A partir da dimensão da prática textual poderemos mapear palavras que possam denotar discursos ideológicos e/ou hegemônicos, bem como as possibilidades de insurgência, explicitadas a partir dos referenciais teóricos que movem a investigação.

Prática textual

Fairclough (2001) propõe que a categoria analítica textual (texto) seja organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. No que se refere o vocabulário, são tratadas palavras individuais (neologismos, lexicalizações, superexpressão, etc.); relação entre palavras e sentidos; na gramática são consideradas as palavras combinadas em oração e frases; a coesão trata da ligação entre orações e frases; e a estrutura textual, que consiste nas propriedades organizacionais do texto em larga escala.

O direcionamento não se trata de uma camisa de força, podendo ser redimensionado frente aos interesses que se apresentam na pesquisa. Por exemplo, em análises que efetuamos sobre discursos científicos sobre o PNSC, restringimo-nos em realçar o **vocabulário** e **gramática**, pois ao definir o universo da pesquisa – artigos publicados em periódicos - estabelecemos um primeiro critério; sendo publicações escritas por especialistas para seus pares, ou seja, estudiosos da mesma área de pesquisa ou de áreas correlatas ao tema, escritos em linguagem científica que segue as normatizações e instruções pré-estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Ou seja, tanto a coesão quanto a estrutura textual fazem parte das normativas solicitadas para a publicação acadêmica, para estabelecer a sua autoridade textual.

Assim, com a categoria analítica textual, buscamos identificar, contextualizar e problematizar os atributos relacionados à modernidade colonial presente nos discursos, considerando para tanto, os elementos textuais ligados ao vocabulário e a gramática. Para este recorte, em uma primeira etapa, realizada a partir da leitura e segregação das palavras, deve-se priorizar a análise das palavras individualmente, destacando os neologismos, lexicalizações, superexpressão, relações entre palavras e sentidos; bem como a gramática das palavras combinadas nas frases. Simultaneamente, é necessário dar enfoque à abordagem de alguns termos – sejam eles pronomes, substantivos, predicados, adjetivos, preposições, etc., que possam sugerir de maneira implícita ou não, percepções ideológicas e/ou hegemônicas, para perceber como estes vocábulos oferecem indícios para pensar sobre a dimensão da prática social, por meio de análise contextual.

Tendo em consideração essas premissas, todas as palavras identificadas durante a leitura dos trabalhos podem ser tabuladas. Posteriormente, de posse de tais informações, abre-se espaço

para o tratamento dos dados, como perceber a frequência com que determinadas palavras aparecem nos textos, notar se existe algum tipo de predileção de escolha por uma palavra em específico, que estejam sendo utilizadas para nomear ou qualificar as pessoas, objetos ou ações. Com a primeira análise é possível agrupar os textos que compartilham um perfil semelhante, baseado na escolha das palavras, podendo estar relacionadas ou não a um mesmo contexto sociocultural. Esta etapa direciona o exame ao mapear as conexões entre a escolha dos termos utilizadas nos textos e as relações de poder que revelam sobre as crenças, valores e costumes individuais e/ou coletivos. Ao mesmo tempo, gera subsídios para compreender e identificar alguns dos sentidos ideológicos que influenciam e integram os discursos arqueológicos.

Prática Discursiva

Na dimensão da prática discursiva, adentramos as instâncias de produção, distribuição e consumo dos discursos. Esta etapa promove a interface entre texto e a prática social, ou seja, ela engloba todo o ambiente do discurso e, conseqüentemente, as relações sociais produzidas entre o enunciador e o receptor, incluindo os fatores que interferem diretamente na forma como uma mensagem é transmitida.

Nesta fase priorizamos três elementos: a) os contextos de produção onde os discursos são produzidos, quem são os autores ou autoras responsáveis pelas pesquisas, suas biografias e marcadores. Nas análises de trabalhos científicos, por exemplo, nos referimos a quais instituições pertencem os autores, se são discentes ou docentes de alguma instituição de ensino, de quais regiões do país apresentam seus textos e se possuem algum tipo de fomento para as pesquisas; b) quais são os meios de distribuição e difusão proporcionados por este contexto, em quais meios de divulgação estão sendo publicados os discursos. No caso de pesquisas acadêmicas, ponderamos se são revistas científicas, portais de notícias, jornais, blog, etc.; e se possível identificar o público-alvo principal desses meios de divulgação; e c) como o discurso se espalha para além da mídia analisada, penetrando em outros suportes de informação. Na avaliação dos discursos científicos, aventamos indicadores a partir da frequência das citações recebidas em cada pesquisa analisada, conexões entre trabalhos, se são autorreferências e se outras áreas de conhecimento estão se apropriando das narrativas em circulação.

Ao abordar a produção textual, evidenciamos algumas formas de como os textos podem ser construídos, refletindo se contextos sociais serão restritivos para uma determinada produção textual, adequando inclusive o uso de alguns termos e/ou um padrão de diferenciação linguística, conforme o público-alvo direcionado.

A etapa de análise do contexto é a fase que melhor evidencia o potencial dialético da ADC, pois através dele é possível confirmar o papel que o discurso detém em relação à produção da realidade como conhecemos. Explicita assim, seu papel fundamental na mudança social almejada pela ADC. A análise do contexto se volta em ponderar sobre três itens principais: a “força” dos enunciados (analogias, anacronismos); a “coerência” e a “intertextualidade” dos textos. Na conjuntura, podemos elaborar alguns questionamentos relacionados com a função e os efeitos dos discursos enfocados na construção de conhecimentos.

Já na etapa de distribuição do texto, se preocupa em como ele será recebido pelo público, incluindo seus aspectos políticos e ideológicos. Diversas instituições trabalham numa mesma construção discursiva a fim de torná-la mais aceitável àqueles que a receberão, visando facilitar a compreensão da ideia central e com isso buscar uma identificação entre os sujeitos inseridos nessa prática discursiva (Fairclough, 2001).

Para a análise da prática discursiva, é imprescindível que sejam levantados dados que remetam ao local de produção e distribuição dos discursos analisados, bem como do seu alcance. A partir da prática discursiva, podemos entender quais grupos sociais têm interesse em construir um tipo de saber, evidenciando os propósitos em torno de uma determinada narrativa defendida.

Prática social

Por fim, chegamos a terceira dimensão do modelo tridimensional que vai discutir a categoria de análise da prática social em relação às hegemonias ideológicas, políticas, econômicas, etc., situando o discurso em uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da mudança das relações de poder como luta hegemônica (Fairclough, 2001, p. 116). Nesta etapa, conseguimos elaborar os sentidos das palavras, segregadas na prática textual, confrontando-as a partir de seu contexto de produção, distribuição e consumo. Para isso, é possível buscar subsídios nos referenciais teóricos das perspectivas decoloniais, entre outras abordagens

críticas, para pensar em possíveis interpretações conferidas às palavras escolhidas, no entendimento de que os sentidos gerados são ideológicos e carregam em si aspectos políticos, éticos, morais e religiosos, historicamente estruturados pelas colonialidades.

Com a dimensão da prática social encerramos a análise com as construções ideológicas e hegemônicas que sustentam os discursos analisados, discutindo para tanto, outras formas possíveis de superar os problemas sociais identificados nos discursos. No percurso, existe o reconhecimento de que as ideologias fazem parte das práticas sociais. Dentro do escopo da ADC, passam a ser entendidas como uma construção discursiva e, portanto, podem servir tanto para sua manutenção quanto para se combater determinadas versões de verdade (Fairclough, 2001). Para todos os efeitos, a mudança discursiva proporcionada pelo modelo tridimensional proposto por Fairclough (2001) apresenta-se com o potencial para causar uma mudança social nas formas de narrar e perceber grupos historicamente oprimidos (Irineu et al, 2020).

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, procuramos construir um percurso metodológico de aplicação da ADC que fosse compatível com os interesses de perspectivas críticas em Arqueologia. Desta forma, buscamos adaptar a ADC, percebendo-a como uma metodologia decolonial capaz de evidenciar as ideologias enraizadas nos discursos arqueológicos. A partir da distinção dessas três categorias analíticas é possível evidenciar as diferentes camadas de opressões que podem se apresentar explícitas e/ou naturalizadas nos textos escritos pelos arqueólogos e arqueólogas.

Desta forma, testamos este modelo nos estudos dos discursos científicos sobre os registros rupestres do PNSC, que sugerem ou apontam interpretações acerca das representações sociais de sexualidade e gênero. A partir da análise das três categorias discutidas acima, foi possível evidenciar, numa perspectiva histórica, três grupos distintos de pesquisadores na região, com foco e objetivos quase que incompatíveis.

O primeiro grupo formado, majoritariamente, por pesquisadoras mulheres ligadas a Fundação Museu do Homem Americano – Fumdhm, que começam a publicar a partir da década de 1980, tiveram por objetivo identificar padrões de similaridades na produção dos registros rupestres. Apesar de não se debruçarem em levantar interpretações sobre sexualidade e gênero, os

discursos deste grupo apresentam uma distinção dos antropomorfos representados em uma categoria binária, classificados a partir da presença do falo ou da vulva. O segundo grupo notato tem sua produção inicial germinada a partir da segunda metade dos anos 2000. É formado por um grupo mais heterogêneo de pesquisadores de várias partes do país. Tal coletivo se volta a fazer interpretações cada vez mais relacionadas a assuntos como: sexo, sexualidade e gênero. Embora o grupo busque subsídios em correntes teóricas ligadas ao feminismo e a teoria *queer*, seus proponentes acabam por produzir um extenso material que propaga estigmas e estereótipos de gênero. Já o terceiro grupo, formado exclusivamente por mulheres (cisgênero e transgênero), surge na segunda metade dos anos 2010 com uma proposta revisionista, evidenciando o caráter androcêntrico na qual os discursos arqueológicos vêm sendo reproduzidos nos últimos anos (Oliveira, 2022).

A pesquisa demonstrou que a colonialidade do gênero (Lugones, 2014), está naturalizada nos discursos sobre os registros rupestres, uma vez que eles fornecem uma narrativa construída a partir de uma normatização da heterossexualidade como padrão universal de organização social. Dessa forma, enquanto o primeiro grupo apresenta um discurso sobre hierarquias baseado na divisão sexual, em que o sujeito representado é, majoritariamente, masculino (caçador-coletor), o segundo grupo se aprofunda em reconhecer sexualidades e identidades de gênero baseados em um padrão moderno recente. Ao naturalizar a ideia de gênero, baseada no sexo biológico, o discurso arqueológico reforça a ideologia do patriarcado, servindo de munição para manter o gênero dentro desse contexto binário, hierárquico e opressor, no qual o sujeito masculino está no topo dessa relação de poder.

Assim, a ADC se transmuta em metodologia decolonial em arqueologia, permitindo revelar algumas das bases ideológicas e hegemônicas que tem raízes na colonização e que estão presentes na construção dos discursos arqueológicos. No exercício, é preciso que esteja claro que a proposta metodológica se volta à prática discursiva que se estrutura socialmente e não para a crítica de sujeitos individuais produtores do discurso. Nessa conjuntura, o ponto de partida para o trabalho é o reconhecimento de que os discursos arqueológicos devem servir para proporcionar melhorias para a sociedade atual e não criar projetos de verdade que atribuem conceitos e valores da modernidade para endossar violência contra determinadas parcelas da população.

Agradecimentos

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de bolsas de mestrado, que permitiu o desenvolvimento do presente trabalho; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por bolsa de doutorado que tem viabilizado o aprofundamento dos estudos.

Referências

- ALBERTI, B. 1999. Los cuerpos en Prehistoria: Más allá de la división entre sexo/género. *Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia. Suplemento, (supl.3)*, 57-67.
- ALTHUSSER, L. 1971. *Lenin and Philosophy*. Trans. Ben Brewster. New York and London, Monthly Review Press.
- ARENDT, H. 2007. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo e posfácio de Celso Lafer. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 353p.
- BALLESTRIN, L. 2013. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117.
- BARROS, S. M. de. 2018. Bases Filosóficas da Análise do Discurso Crítica. In: Melo, I. F.; Junior, J. R. L. B.; Sato, S. T. (Org.). *Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas*. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial, v. 1, p. 20-35.
- BOËDA, E. 2014. Deve-se reexaminar as indústrias sobre seixo? análise comparativa entre as indústrias pleistocênicas da Ásia oriental e da América do Sul. In: Lourdeau, A.; Viana, S.; Rodet, M. J. *Indústrias líticas na América do Sul: abordagens teóricas e metodológicas*. Recife: UFPE, p.11-36.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: University Press, 1999.
- CURY, C. M. X. 2006. Para saber o que o público pensa sobre Arqueologia. *Revista de Arqueologia Pública*, São Paulo, n. 1., p. 31-48.
- DUSSEL, E. 1993. 1942: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. *Conferências de Frankfurt/Enrique Dussel*. Tradução: Jaime A. Clasen. Petropolis: Vozes.
- FAIRCLOUGH, N. 1995. Language, ideology and power. In: Fairclough, N. L. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. Edinburgh: Pearson, p.21-84.
- FAIRCLOUGH, N. 2001. *Discurso e mudança social*. Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 319p.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. *Discursos Contemporâneos Em Estudo*, London, Routledge, p. 233–240.

- FALAGAS, M. E.; PITSOUNI, E. I.; MALIETZIS, G. A.; and PAPPAS, G. 2008. Comparison of PubMed, Scopus, Web of Science, and Google Scholar: strengths and weaknesses. *The FASEB Journal*, v. 22. p. 338-342
- FOUCAULT, M. 2012. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GNECCO, C. 1999. Archaeology and historical multivocality: a reflection from the Colombian multicultural context. In: Polits, G.; Alberti, B. (Eds.) *Archaeology in Latin America*. London, Routledge, p. 258-270
- GNECCO, C. 2009. Caminhos de la Arqueología: De la violencia epistémica a la relacionalidad. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, p. 15–26.
- GROSFUGUEL, 2008. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147.
- GROSFUGUEL, 2012. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. v. 2 n°. 2, p. 337-362.
- GUÉRIN, C; FAURE, M. 2014. Paleontologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara. In: Pessis, A-M; Martin, G; Guidon, N. (Org). *Os biomas e as sociedades humanas na pré-história: região do Parque Nacional Serra da Capivara, Brasil*. São Paulo: A&A, v.II-A, p140-183.
- GUIDON, N. 2007. Parque Nacional Serra da Capivara: sítios rupestres e problemática. *FUMDHAMentos*, v. 5, p. 77-108.
- HARAWAY, D. 1995. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v.5, p.7-41.
- IRINEU, L. M.; PEREIRA, A. S.; SILVA, A. P. N.; SANTANA, A. L. S.; LIMA, F. H. R.; SANTOS, S. F. (org.) *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- KOCH, I. G. V. 2011. *Argumentação e Linguagem*. 13. ed. Cortez Editora. São Paulo. 240p.
- LUGONES, M. 2008. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*. Bogotá, nº 9, p. 73-101.
- LUGONES, M. 2014. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*. v. 22 n. 3, p. 935-952.
- MALDONADO-TORRES, N. 2007. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept". *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 240-270.
- MARTIN, G. 2008. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 5ª. ed. Recife: Universitária da UFPE.
- MELO, I. F. 2012. *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática*. 1. ed. Campinas: Pontes. v. 1.
- MELO, I. F. 2018. Histórico da Análise de Discurso Crítica. In: Melo, I. F.; Junior, J. R. L. B.; Sato, D. T. (Org.). *Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas*. 1ed.São Paulo: Parábola Editorial, v. 1, p. 20-35.

- MIGNOLO, W. 2005. On subalterns and other agencies. *Postcolonial Studies*, v. 8, n. 4, p. 381-407.
- MIGNOLO, W. 2010. *Desobediencia epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- MUKHERJEE, B. 2009. Do open-access journals in library and information science have any scholarly impact? A bibliometric study of selected open-access journals using Google Scholar. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 60, n.3, p. 581-594.
- NAVARRETE, R. 2010. Excavando mujeres en y desde el sur: aproximaciones a la arqueología feminista en Latinoamérica. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 15, n°34, p. 75- 104.
- NORUZI, A. 2005. Google Scholar: The new generation of citation indexes. *LIBRI*, v.55, n°4, p. 170–180.
- OLIVEIRA E LUCAS. L. 2020. *Tecnologia lítica e dinâmicas de ocupação do Brasil central do pleistoceno final ao holoceno médio: contribuição da sequência arqueológica da Serra da Capivara - Piauí*. Tese de doutorado em Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, Sergipe.
- OLIVEIRA, A. S. N.; BUCO, C. A.; IGNACIO, E. 2009. No Rastro da Maniçoba. *Trilha Interpretativa da Fazenda Jurubeba. FUMDHAMentos*, v. VIII, p. 125-132.
- OLIVEIRA, I. de N., 2022. *As representações sociais de gênero nos discursos científicos sobre os registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara: Análise do Discurso Crítica, Feminismo Decolonial e Teoria Queer*. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, Piauí.
- OTAVIANO, M. Z. 2019. *Não tem certo, não tem errado: estratigrafia das vozes, significados e apropriações da cultura material na comunidade da Aldeia da Mina Grande – T. I Kapinawá (PE)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco.
- PÊCHEUX, M. 1990. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 68p.
- PESSIS, A.; CISNEIROS, D.; MUTZENBERG, D. 2018. Identidades Gráficas nos Registros Rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. *FUMDHAMentos*, v. XV, p. 26-48.
- PESSIS, A. ; GUIDON, N. Dating rock art paintings in Serra de Capivara National Park. *Adoranten*, v. I, p. 49-59, 2009.
- QUIJANO, A. 2000. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO. 2000, pp. 203-241.
- QUIJANO, A. 2005, *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: QUIJANO, A (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso. p. 117-142.
- QUIJANO, A. 2007, *Coloniality and modernity/rationality*. *Cultural Studies*, v. 21, p. 22-32.

- RAMALHO, V., RESENDE, V. 2011. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes Editores.
- REIS, J. A. 2002. Análise do Discurso e Arqueologia: ... é possível transitar por entremeios?... *Métis (UCS)*, Caxias do Sul/RS/Brasil, v. 1, n.2, p. 209-228.
- RESENDE, V. M. 2012. Análise de discurso crítica como interdisciplina para a pesquisa social: uma introdução. In: MELO, I. F. (Org.). *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática*. 1ed. Campinas: Pontes, v. , p. 99-112.
- RESENDE, V., RAMALHO, V. 2006. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto.
- SILVERBLATT, I. 1987. *Moon, Sun and Witches. Gender Ideologies and Class in Inca and Colonial Peru*. Princeton: Princeton University Press, 304p.
- TEGA, G. M. V.; CUNHA, R. B. 2015. Análise do discurso da arqueologia preventiva na Folha de S. Paulo: A Casa Bandeirista do Itaim. *RUA (UNICAMP)*, v. 1, p. 55-69.
- VAN LEEUWEN, T. 2006. Towards a semiotics of typography. *Information Design Journal*. London, Vol. 14, n. 2, p.139-155.
- VAUGHAN, L.; SHAW, D. A new look at evidence of scholarly citation in citation indexes and from web sources. *Scientometrics*, v. 74, n.2, p. 317–330, 2008.
- VIEIRA, J.A.; MACEDO, D. S. 2018. Conceitos-chave em Análise do Discurso Crítica. MELO, I. F.; JUNIOR, J. R. L. B.; SATO, D. T. (Org.). *Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas*. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial, v. 1, p. 48-77.
- WODAK, R. 2001. What CDA Is about-A Summary of Its History, Important Concepts and Its Developments. In W. R., & M. Meyer (Eds.), *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage Publications, p. 1-13.
- WODAK, R.; MEYER, M. 2015. Critical discourse studies: History, agenda, theory and methodology. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.). *Methods of Critical Discourse Studies*. Sage: London, p. 1-22.